



OS MOVIMENTOS DEFENSORES DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

SANTANA de Pereira Janaína¹
CRESTANI Leandro²
Janapereirasantana97@hotmail.com¹

RESUMO

Os movimentos defensores da população negra no Brasil, surgiram a partir de 1988 de forma institucionalizada, no governo do Presidente José Sarney. Buscando defender questões básicas, como: trabalho, educação, menor abandonado, planejamento familiar, violência policial, mulher e saúde. Na busca da consolidação desses direitos, foram criadas outras organizações que se complementam, quanto ao objetivo. Podemos citar os principais: Agente de Pastoral Negra, Centro de Cultural Negra, Conselho Nacional de Entidades Negras, Organização pelo Desenvolvimento da Arte e Cultura Negra, Fundação Cultural Palmares, Instituto de Pesquisa da Cultura Negra, Movimento de Universitários Negros, Núcleo de estados Afro-Brasileiros e o Movimento Negro Unificado.

Palavras-chave: Cultura Negra; Diferenças Sociais; Defesa dos Negros;

¹ Acadêmica do Curso de Letras Libras; Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG Campus Toledo

² Leandro Crestani - Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG- ORIENTADOR



INTRODUÇÃO

Sobre a Escravidão, muitas civilizações dependeram e usaram do trabalho escravo para a execução de tarefas mais pesadas e rudimentares. Na Antiga Grécia e Roma, haviam um grande número de escravos; contudo, muitos de seus escravos eram bem tratados e tiveram a chance de comprar sua liberdade. Já no Brasil, a escravidão tomou rumo exclusivo de exploração por mais de três séculos, quando a partir do seu descobrimento em 1500, o território Brasileiro teve na evolução do seu progresso, a mão-de-obra escrava até 1888 com a Proclamação da Lei Áurea, pela princesa Isabel. Ficando a partir daí, marcas profundas nestes povos que sofrem as sequelas nas suas mais variadas formas de danos.

Os negros trabalhavam em cafezais até 1895. Após a Abolição, muitas fazendas continuaram a usar a mão de obra dos velhos escravos, os escravos libertos reagiam, assim, à inexistência de políticas públicas no pós-1888 para incorporar milhares de pessoas a uma sociedade até então de cidadania fechada por meio do acesso a terra, ao trabalho e à educação. Ao contrário, o silêncio sobre a integração dos ex-escravos e os limites da sua cidadania, misturado à violência contra a população urbana pobre, sugere mesmo a institucionalização de um modelo nem sempre explícito legalmente, mas vigente em práticas e políticas públicas adotadas de intolerância racial que seria adotado no século XX pelas elites e pelo poder público do país “civilizado”.

Com isso ocorrendo, dá-se início a atração de imigrantes europeus, especialmente Italianos, que trazia consigo profissionalização mais tecnicada. Sendo assim, seria para o negro mais um fator de depressão ao seu trabalho, pois, não havia como concorrer com esses novos imigrantes. Devido a conflitos de diversas causas no Velho Continente, o Brasil passa a ser área receptora dos mais diversos povos que buscavam viver em ambientes de paz. Sendo somado isso com outros fatores e causas de marginalização do povo negro Brasileiro que até então, apesar de tantos séculos passados, não se enquadrara até este momento com dignidade, em nossa sociedade escravocrata e discriminadora. A partir da segunda metade do século XX, começa surgir, de forma organizada, vários movimentos em

defesa da sociedade negra buscando direitos que pudesse dar-lhes valorização básica.

Essa visão estereotipada do pós-abolição no Brasil, no entanto, vem sendo amplamente questionada por parte da historiografia na atualidade, fruto de pesquisas inéditas com testamentos, processos-crimes, inventários, literatura, correspondência de autoridades e políticos e até mesmo depoimentos de descendentes de ex-escravos. Dentre vários movimentos, podemos destacar o precursor deles, instituído em 1988: Fundação Cultural Palmares (FCP).

1- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP):

No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira: a Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). A FCP comemora vinte e nove anos de trabalho por uma política cultural igualitária e inclusiva, que busca contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

Nesse tempo, a FCP já emitiu mais de 2.476 certificações para comunidades quilombolas. O documento reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal. É referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-brasileira nas escolas. A Fundação Palmares já distribuiu publicações que promovem, discutem e incentivam a preservação da cultura afro-brasileira e auxiliam professores e escolas na aplicação da Lei. Cabe dizer que seus principais enfoques, são: Comprometimento com o combate ao racismo, a promoção da igualdade, a valorização, difusão e preservação da cultura negra, Cidadania no exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas da população negra em suas manifestações culturais e a Diversidade no reconhecimento e respeito às identidades culturais do povo brasileiro. (JOSÉ HILTON ALMEIDA,2015)

2- NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (NEAB-UFU):

Conforme o próprio site do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia (NEAB-UFU), criado em 2006, tem como foco o ensino, a pesquisa e a extensão na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afro-descendentes, bem como na área dos estudos da História Africana e Cultura Afro Brasileira. O NEAB/UFU realiza atividades nos três pilares da universidade pública brasileira. Dentre suas atividades se destacam no Ensino, Pesquisa e Extensão:

No Ensino foi realizado o primeiro Curso de Formação Inicial em História e Cultura Afro Brasileira e Africana para Graduandos das Licenciaturas – Campus Uberlândia e Pontal (MEC/SECAD/FNDE – Edital UNIAFRO/2009) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) - Sub área “História e Cultura Afro Brasileira” (CAPES/PROGRAD-UFU). Nas pesquisas, o Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em História e Cultura Afro Brasileira e Africana (MEC/SECAD/FNDE – Edital UNIAFRO/2008), Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar - Modalidade Semi-presencial (MEC/SECADI/FNDE – 2014).

A fronteira de extensão foram realizados Programas de Formação Continuada com Docentes do Ensino Básico – Eixo “Gênero, Raça e Etnia” (PROEXT/Emenda Parlamentar), Programa de capacitação de professores da rede pública através do Projeto “A cor da cultura” (TV Futura/Fundação Roberto Marinho), Curso à distância “Educação para as Relações Étnico Raciais” (UAB – NEaD/PROEX/NEAB-UFU) e por fim o Curso de Aperfeiçoamento em Promoção da Igualdade Racial no Ambiente Escolar (MEC/SECADI/FNDE – 2014). (Camilla Soueneta Nascimento Nganga-2014)



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme a notícia em 2008, da própria Fundação Cultural Palmares: “a Fundação Cultural Palmares registrou mais 21 comunidades que se autodefinem como remanescentes de quilombo. Atualmente, 1.249 comunidades já receberam o certificado de reconhecimento de terra quilombola. A partir da certificação, as comunidades podem buscar no Incra o direito de obter a posse definitiva de suas terras.

Há 20 anos, desde o surgimento da Fundação Cultural Palmares, a instituição vem constantemente lutando pelo reconhecimento e valorização dos povos negros, pela preservação da cultura afro-brasileira, que se escondeu por anos com medo do preconceito e da discriminação racial imposta à época da escravidão. Os remanescentes de quilombos são hoje comunidades negras que guardam um patrimônio cultural e histórico específico de origem afro-brasileira. Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se

constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças e recebimento de terras como pagamento de serviços prestados, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. (Cira,2015).

A valorização desses grupos só começou a ganhar força nos últimos anos, principalmente, com o governo do presidente Lula, quando publicou o decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Assim, a Fundação abarcou a responsabilidade pela proteção dos povos e da cultura tradicional negra e, desde 2004, realiza um trabalho de mapeamento e registro de comunidades quilombolas em territórios brasileiros. Antes, essas comunidades viviam no esquecimento, sem qualquer política pública que as beneficiasse. (Carmen, 2015)

Hoje, a Fundação Palmares possui ações específicas para as comunidades de quilombo, como cursos e oficinas de capacitação; apoio alimentar, com a distribuição de cestas básicas; além da inclusão das comunidades reconhecidas em outros programas governamentais, como: Luz para todos; Fome Zero e Brasil quilombola.” Há 29 anos, a Fundação Cultural Palmares revela a certeza de que o trabalho de inclusão social desses povos será sempre uma prioridade norteadora dos objetivos da instituição.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em uma sociedade heterogênea em formação em cinco séculos e que esteve livre para acolher os povos dos mais diversos lugares do mundo. Pode-se tornar natural o surgimento de divergências dentre parte de um todo dado a dificuldade de integrar tão variadas mentalidades e posturas. Historicamente, os povos negros no

Brasil, seguindo comportamentos intercontinentais de segregação, não mudou sua submissão.

Essa comunidade é um fruto da marginalização imposta pelos dominadores que tinham poder e dinheiro, tendo essa origem no Velho Mundo. O nosso país junto com todo continente americano deu continuidade ao massacre. E como podemos justificar a independência de nossa pátria se temos parte do seu povo que ainda não conhece a liberdade? Pois, parece ser natural e muito comum a dor, o sofrimento, o sangue e o suor, desde que vivido pelo outro. O senso de humanidade sempre esteve distante de quem pensa assim. Como a Escravidão declarada por três séculos e uma abolição disfarçada por quase dois.

Em nossos dias, deveria ser inadmissível para qualquer cidadão, aceitar a segregação racial como fator irrelevante dentre os povos. No entanto, infelizmente, dependemos ainda de instituições, movimentos, trabalhos voluntários, etc. Para despertar a consciência do ser humano, até chegar um dia, de não quereremos para o outro o que não se aceita para si próprio.



REFERÊNCIAS

Almeida, José Hilton. **Apresentação da Fundação Cultural Palmares**. 1. ed. Brasília – DF 2015; Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem/>

Universidade Federal de Uberlândia – **Apresentação dos Núcleos Afro-Brasileiros**. 3. ed. **Editais 001 - Curso de Formação A Cor da Cultura – 2017**. Disponível em: <http://www.neab.ufu.br/>